



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIAS E DE CRIANÇAS E A RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS SALAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

João Pedro Andrade da Silva
Damiana Aureliana Teixeira Cruz
Josefa Celiane Ponciano Trindade

Graduando em pedagogia – UFPB – peudeandrade@gmail.com
Especialista em Pró-EJA – UFPB - liana-li22@hotmail.com
Graduada em pedagogia – UFPB - celiane140@gmail.com

RESUMO: Refletindo a cerca das concepções de infância e de criança observadas numa prática de educação infantil e contextualizando-as com as práticas percebidas nas pesquisas de campo do estágio supervisionado em educação infantil, esse texto busca analisar as concepções de infância e criança dos professores da educação infantil em uma creche localizada no município de Bananeiras -PB e a relação entre essas concepções e a prática educativa proposta para as crianças por esses professores, especificamente com a turma do maternal com crianças de 1 a 3 anos de idade. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa teve como princípio metodológico o estudo de caso, a partir do qual compreendeu-se que as concepções de infância e criança estão intimamente ligadas a organização do trabalho pedagógico pelo professor da educação infantil, se fazendo necessário uma quebra da concepção de criança como ser puramente biológico e sem função social. Por fim, o texto apresenta as reflexões acerca das observações realizadas, relacionando o trabalho pedagógico com as concepções de infâncias e a formação do professor de educação infantil, enfatizando a necessidade da compreensão da infância e de criança para possibilidade de reflexão e consequentemente mudança do cenário atual da educação infantil.

Palavras-chave: Cultura, infância, educação infantil.

INTRODUÇÃO

Compreender as nuances e complexidades das infâncias e do ser criança é uma problemática que há muito vem sendo discutida mas que ainda caminha a curtos passos em muitas práticas pedagógicas. É claro que as discussões sobre o tema se desdobram a muito tempo, mas o olhar para a criança como sujeito social e de direitos ainda parece desapercibido, especialmente nas escolas, espaço que deveria privilegiar essas questões.

Com base nisso, e refletindo acerca da primeira infância, a invisibilidade torna-se ainda mais notória, mesmo nos cursos de formação de professores, ainda não existe uma clareza científica quanto à educação de bebês e das crianças bem pequenas. Mesmo a literatura que trata sobre o assunto ainda é muito recente, e a maioria das práticas observadas com esse público ainda é muito direcionada ao cuidado meramente biológico, ignorando os aspectos educacionais necessários a essa fase da vida.

(83) 3322.3222
contato@coprecis.com.br
www.coprecis.com.br



A partir dessas questões e com o intuito de analisar as concepções de infância e criança dos professores da educação infantil, esse trabalho traz um apanhado do estágio supervisionado em educação infantil, desenvolvido no corrente ano, em uma creche de Bananeiras – PB. Esse texto busca relacionar as práticas pedagógicas e a compreensão de infância e criança pelo professor com o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil – RCNEI (1998) e com os estudos acerca do tema trazidos por ANDRADE (2010), BARBOSA (2014) e LOMBARDI (2011).

Ainda com relação ao espaço da pesquisa, a sala do maternal, segundo a professora titular, atende cerca de 25 crianças porém, de acordo com o relato da mesma e com base nas observações realizadas, desse total, cerca de 18 a 20 crianças frequentam diariamente e as crianças restantes vão a creche esporadicamente. Na sala existem 07 berços, colchões, uma mesa, dois armários pequenos e um banheiro interligado a sala, e nos recursos humanos conta com uma professora titular e duas auxiliares.

METODOLOGIA

A referida pesquisa foi realizada na “sala do maternal” com crianças de 1 a 3 anos e a abordagem metodológica que a conduziu foi a Pesquisa Qualitativa in locu, sendo utilizado o estudo de caso como procedimento metodológico, definido por Gil (2008) como um processo metodológico que permite a compreensão de determinado fenômeno a partir da profundidade de poucos elementos que possibilitem um olhar mais geral sobre o assunto.

Assim sendo, buscou-se analisar os fatos acontecidos tendo como recurso para constituição de dados a entrevista semiestruturada com a professora da sala e a observação participante, a qual aconteceu durante os três dias de observação, interagindo diretamente com as crianças e com as professoras levando em consideração o que é definido por Gil (2008 p.103):

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.



Esse tipo de método foi escolhido uma vez que ao lidar com crianças, acreditamos ser necessário a proximidade com os sujeitos da pesquisa. Essa proximidade nos permitiu uma melhor entrada no campo de atuação e possibilitou que víssemos problemas, situações e diversos pontos que poderiam passar despercebidos em outros métodos.

Nesse contexto, foram realizadas três observações, as quais se iniciavam as 7 da manhã (quando a escola abre e as crianças começam a chegar) seguindo até as 11:20 horário depois do almoço, quando as crianças têm o momento do relaxamento e dormem. Nesse período, buscou-se observar as interações que professor e crianças estabeleciam no contexto da sala e analisar as práticas realizadas nesse processo a fim de compreender os aspectos estabelecidos nos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da educação de crianças, sobretudo na educação infantil a qual se refere esse trabalho, os conteúdos, direcionamentos e atividades partem (ou deveriam partir) sempre do princípio da observação e da compreensão das fases de desenvolvimento de cada aluno. Uma criança na fase sensório - motor, por exemplo, vai ter certas especificidades que outra criança no estágio pré - operatório já não tem, e isso influi diretamente nos processos que o professor precisa compreender para organizar o trabalho em sala.

Com relação a essa organização do trabalho em sala, a realidade observada durante a pesquisa foi relacionada com o que está disposto no RCNEI para a faixa etária das crianças da turma e com a entrevista realizada com a professora. Com base nisso, pode-se perceber que as práticas encontradas com essa turma diferem do que deveria estar de fato ocorrendo e que a organização do trabalho pedagógico é direcionada a aspectos de um cuidado meramente biológico/utilitário (alimentação, higiene, descanso, cuidados para não se machucarem...).

Essas compreensões estão diretamente ligadas com a visão histórica do ser criança, conforme é relatado por ANDRADE (2014, p.) quando coloca que *Na Idade Média, as crianças não apresentavam estatuto social e autonomia existencial, eram consideradas como meros seres biológicos*. Com isso, a problemática dessa concepção de infância torna-se ainda mais urgente, uma vez que as escolas contemporâneas ainda perpetuam traços de séculos passados, mesmo sabendo que não estamos mais lidando com crianças medievais.



Além desse aspecto de concepção de criança como ser alienado da cultura e puramente biológicos, percebeu-se que as atividades desenvolvidas pela criança nesse processo não partem da intencionalidade pedagógica, como as brincadeiras que acontecem de maneira livre e sem nenhuma proposta de mediação por parte da professora. É importante perceber que ao ser questionada sobre a participação da criança na sociedade, a professora afirmou que a criança é sim sujeito social ativo embora não soubesse ao certo como ocorreria essa ação. Ainda com relação a entrevista, a professora apresenta no seu diálogo uma preocupação com relação a importância do brincar como atividade do trabalho pedagógico na educação das crianças mas, ainda sim, compreende que outros aspectos desse trabalho estão direcionados ao cuidar biológico:

Pronto, eu venho do regular (fundamental I), então aqui com essas crianças é tudo totalmente diferente, por que além da rotina ser diferente, sei lá, assim lá a gente vinha naquela metodologia que tinha que ter três aulas com direito a só um intervalo. Aqui não, aqui a gente tem essa rotina do acolher, do trocar, aí vem banho, vem café. Aqui atividade a gente só faz uma, que geralmente é uma roda de conversa, uma história. Aqui a gente trabalha muito com o lúdico né, a gente brinca. (sic) (entrevista realizada em maio de 2017)

É importante perceber na fala da professora aspectos interessantes com relação a sua concepção de educação infantil, como por exemplo a compreensão das diferenças organizacionais do trabalho pedagógico apresentado por ela quando se refere ao ensino fundamental e a educação infantil. A professora coloca que enquanto num ensino eram realizadas três aulas, no ensino infantil era realizada apenas uma atividade, sem considerar as outras atividades que a própria professora colocou em sua fala como parte da rotina, como acolher, trocar, dar banho... Isso reforça a hipótese de que a criança é vista como um ser meramente biológico e que as ações biológicas da criança estão separadas do que se concebe como atividades pedagógicas.

É necessário colocar que, como sujeito cultural e social, nenhuma atividade da criança está desvinculada desse caráter. Durante as observações por exemplo, enquanto comia, uma das crianças colocava propositalmente a comida na perna e tentava tirar com a colher, realizando um movimento de compreensão corporal que nega completamente o caráter puramente biológico da refeição. Sobre isso é dito por Cuche (1999, p.11 apud BARBOSA 2014):



Nada é puramente natural no homem. Mesmo as funções humanas que correspondem a necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual etc., são informadas pela cultura: as sociedades não dão exatamente as mesmas respostas a estas necessidades

Isso implica dizer que, mesmo o banho ou a hora do descanso sendo necessidades biológicas da criança, elas não se resumem a isso, e tornam-se possibilidades educacionais no momento em que se concebe a criança como sujeito cultural, completo e indivisível.

Nesse sentido, observa-se que essas relações estão intimamente ligadas a concepção de educação, infância e criança, de forma que as compreensões acerca desses aspectos direcionam a organização do trabalho pedagógico, intencionalmente ou não. Educar crianças bem pequenas, no contexto da instituição observada, foge do idealizado pelo RCNEI (1998, p. 23) quando diz que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Podemos perceber, dessa forma, que os documentos legais que regem a educação infantil no Brasil compreendem que o conceito de educar deve levar em consideração diversos aspectos da criança, sua complexidade e especificidades, embora as observações tenham apresentado uma realidade diferente. Foi revelado pela professora que os temas que deveriam ser tratados na sala eram postos pela secretaria de educação, e que não se tinha muitas orientações sobre como deveriam ser trabalhados.

Considerando o fato de que a professora não tinha formação específica na área e toda sua experiência estava ligada ao ensino fundamental e os processos de alfabetização de crianças mais velhas, os conteúdos e temas impostos esbarravam numa concepção de infâncias e de crianças que moldava a organização do trabalho numa visão de cuidado



biológico, necessidade de atividades gráficas e reprodução de ações dos modelos tradicionais de ensino.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A DESCONSIDERAÇÃO DO SUJEITO-CRIANÇA: UM CAMINHO PARA PERPETUAÇÃO DOS MOLDES TRADICIONAIS DE ENSINO E NEGAÇÃO DAS CULTURAS INFANTIS

Como dito anteriormente, conteúdos e temas eram impostos à professora e sua formação não conseguia abarcar de maneira ampla o necessário a realização de práticas que fossem de acordo com as necessidades culturais e sociais das crianças. Na maioria das vezes as crianças não desenvolviam nenhuma atividade dirigida, apenas brincavam de forma livre sendo que a única interação que a professora e as auxiliares estabeleciam nesse processo era o de limpar as crianças, cuidar para que não se machucassem e evitar brincadeiras tidas como perigosas.

Observou-se que a rotina pregada na parede da sala, que conforme foi informado pela professora foi construída pela secretaria de educação e imposta a todas as 3 creches da região (sendo duas na zona urbana e uma na zona rural) e que de fato não era realizada daquela forma. Através das observações, percebeu-se a existência de uma rotina não muito clara, que era direcionada novamente aos aspectos biológicos da criança. Ao chegar, eram distraídas na televisão até a hora do café da manhã, depois disso alguns continuavam a assistir televisão e outras brincavam livres, até chegar a hora do brinquedo (que também não tinha nenhuma institucionalização de horário) que perdurava até a proximidade do almoço, quando todos deveriam juntar e guardar os objetos. O banho era dado individualmente e sem um critério aparente, e a hora do descanso acontecia sempre depois do almoço para todos.

Percebeu-se também que as poucas atividades dirigidas desenvolvidas pela professora estavam sempre ligadas ao seu repertório do ensino fundamental, trazendo elementos “adaptados” dessas séries para a educação infantil, o que vai de encontro ao que denuncia ANDRADE (2014, p. 167):

[...] a rotina das creches caracteriza um atendimento à criança de até 3 anos pautado em um modelo escolarizante, no qual predomina a ideia de manter a criança ocupada em atividades direcionadas pelo adulto, muitas vezes fragmentadas e sem



conexão, enfatizando um trabalho pedagógico desenvolvido por áreas curriculares e por projetos de atividades.

Seja por uma formação aligeirada ou por uma concepção de ensino e de infância que exige atividades para conseguir lidar com os conteúdos instituídos, a escolarização das crianças se mostrou presente tanto nas atividades tida como lúdicas quanto nas que eram exigidos algum tipo de registro de forma mais tradicional. Ocasionalmente a professora cantava algumas cantigas de roda e pedia para que as crianças a acompanhasse (mesmo sabendo que a grande maioria das crianças não falava) e a maioria das ações pedagógicas direcionadas que foram realizadas no período da observação tinham um caráter de registro gráfico de atividades que não consideravam as crianças em seu processo de construção e negavam suas culturas e especificidades.

Numa das atividades observadas, por exemplo, as crianças deveriam observar três figuras geométricas, identificar qual delas era diferente das demais e pintá-la. Desconsiderando o fato de que momentos antes as crianças estavam comparando o tamanho de seus pés e mãos entre si e com os adultos que estavam na sala a atividade ainda realizada na mesa com apenas duas ou três crianças por vez, enquanto o restante deveria esperar junto das auxiliares no tapete assistindo televisão. A “pintura”, que por sua vez foi descaracterizada como processo criativo e de expressão, não só negou a atividade anterior desenvolvida pelas crianças como tentou condicionar os corpos sob o pretexto de organização.

É importante dizer que o conceito de organização está relacionado a arranjo de elementos a partir de determinados critérios e que assim sendo, na educação infantil cujo o principal elemento é a criança, a forma como elas se organizam, entre si e os seus saberes, não só deveria ser considerada como deve ser privilegiada. Essa incompreensão dos processos organizacionais para educação infantil ainda vai além, e não está relacionada apenas a seleção e organização dos conteúdos e das atividades, mas na organização de sua estrutura física, na rotina e nas relações estabelecidas pelas crianças, entre elas, entre os professores e entre os espaços, configurando uma continuidade de processos históricos, conforme é dito por LOMBARDI (2011, p. 19):

O problema central do debate é o fato de as marcas históricas produzidas pela educação escolarizada estarem presentes até nossos dias em todos os níveis de ensino e serem assumidas como condição de normalidade. Desde a arquitetura dos prédios escolares até as práticas pedagógicas, essas marcas se fazem presentes e perpassam,

(83) 3322.3222
contato@coprecis.com.br
www.coprecis.com.br



inclusive, os valores dos profissionais, que revelam em suas escolhas e ações, julgamentos baseados na dicotomia entre corpo e mente e no disciplinamento dos corpos.

Pode-se perceber claramente essas relações em toda a organização da sala de aula, mesmo sendo uma sala para educação infantil mas que evoca em toda a sua constituição os aspectos do controle e da punição. O que é dito como cuidado, nesse caso, volta-se para o controle dos corpos e transforma a creche no que FOCAULT (2005 apud LOMBARDI 2011) irá chamar de instituições de sequestro, quando compara os hospitais, hospícios e escolas os colocando na mesma situação de condicionamento e disciplinamento dos corpos. Na sala de educação infantil observada, essas relações ficam mais claras, mesmo que exista um discurso como disfarce torna-se impossível não perceber essas concepções na organização dos espaços, tempos e relações existentes.

Os berços, que eram facilmente escalados e/ou desmontados pelas crianças, não tinham uma função clara com relação as necessidades infantis mas eram utilizados como forma punitiva para os “meninos malcriados”; A televisão era utilizada como aparelho puramente para distração e ocupação de tempo ocioso, sendo que as poucas vezes em que se tentou uma mediação, o objetivo era a repetição de gestos ou apresentação de personagens que as crianças já conheciam, e muitas vezes de forma mais complexa que as educadoras, como da vez em que uma auxiliar estava a apresentar uma personagem chamando-a apenas de “menininha” e uma das crianças, que ainda não falava da forma convencional, revelou se tratar da personagem “Masha”.

A mesa gigantesca em que se servia as refeições era ressignificada como uma casinha ou como esconderijos, mas tão logo eram descobertos e a diversão se tornava um perigo eminente e era proibida; O local onde se colocava os sapatos era um ambiente de disputas para ver quem conseguiria calçar o do colega, ou o mais almejado que eram os sapatos das professoras; E os brinquedos de montar, que eram distribuídos quando ninguém mais queria assistir televisão, se tornavam grandes castelos e casinhas até que alguma criança percebia que dava pra quebrar tudo apenas com um sopro. As “crianças más” como eram chamadas iam para os berços enquanto as outras observavam atentamente e no primeiro descuido das professoras iam lá e “contrabandeavam” algumas peças.

Em todos esses momentos, em que a observação mostrava crianças criando cultura e descobrindo o mundo a partir de suas experiências e



percepções, a organização do trabalho pedagógico presente na sala buscava enclausurar corpos e moldá-los a imagem da criança que virá a ser algo, mas que em sua condição de infância, ainda não é, conforme é revelado pela professora quando lhe foi perguntado sobre o ser criança:

Hoje eles estão aqui mas amanhã eles são o futuro. Eles são os sujeitos pensantes da sociedade futura. (Entrevista realizada em maio de 2017)

Nota-se nessa fala, muito mais do que a opinião de uma professora de educação infantil, as marcas de uma sociedade que o tempo todo negligenciou as infâncias e desconsiderou as crianças. Na análise, que focou em apenas uma sala de educação infantil, descobriu-se que moldes de como deveria ser um ensino infantil no município são impostos para todas as instituições negando a constituição de um trabalho realmente constituído pelos sujeitos diretamente interessados.

Com base nisso, é possível compreender a realidade catastrófica da educação infantil, organizada e planejada por adultos que não ouvem ou olham para as crianças, e que nesse caso talvez nunca tenha as visto, embora as idealize com base em critérios desconhecidos. Os profissionais que lidam diretamente com as crianças e que não compreendem sua função num processo educativo mais amplo, por consequente, apenas acatam o que lhes é colocado e tentam, dentro de suas possibilidades formativas, estabelecer um trabalho que considere as crianças, mesmo que em seus aspectos puramente biológicos e de ocupação do tempo ocioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto e refletindo acerca de todo o processo de observação estabelecido para a construção desse trabalho, percebe-se uma precariedade da educação infantil e da formação e atuação docente, bem como a todos os processos ligados a organização do trabalho pedagógico da educação infantil. Seguindo uma linha de concepções de infâncias diretamente relacionadas as visões românticas e assistencialistas que direcionam os processos das instituições de educação infantil, nota-se que ligadas a fatores históricos, sociais e culturais com raízes fortes e profundas, dificilmente se vê possibilidade de mudança da forma como o cenário atual está posto.

O professor consegue falar que é preciso uma quebra dos paradigmas mais tradicionalistas do ensino, porém não consegue fazê-



lo, apenas disfarça a partir do discurso educacional pós-moderno defendido como utopia pelas universidades, mas que ao invés da possibilidade de compreensão oferece a possibilidade de reprodução e nenhum entendimento dos processos. A organização, o cuidado, o conhecimento... Todos esses termos amplamente utilizados sofrem uma descaracterização semântica que nos revelam uma incompreensão conceitual gigantesca e comprovam a falência dos atuais modelos de formação docente, em especial os direcionados a infância.

Por sua vez, e apoiados pelas dificuldades epistemológicas dos profissionais da educação, os setores responsáveis pela gerência dos espaços e coordenação pedagógica, trazem consigo modelos prontos advindos de situações tidas como exitosas a partir de critérios que eles próprios estabelecem, condenando a educação à um caminho regido por métodos mal (ou in)compreendidos.

Por fim, no topo de todas essas falhas, encontram-se as crianças, os sujeitos diretamente afetados por todos esses processos mas a quem é negado a fala. A elas, crianças, no entanto, acontece um processo de transgressão ao sistema que possibilita a chance de mudança, num movimento que desafia mesmo os modelos mais rígidos e incompreensíveis de trato dos sujeitos.

A criança, mesmo incompreendida, tida como má ou simplesmente ignorante e inocente, subverte a lógica adulta e reinventa o instituído. Ao serem observadas, as crianças não aceitaram uma condição passiva, elas também observavam, mexiam, experimentavam o corpo adulto que havia invadido seu espaço e aos poucos deixavam, ou não, serem observadas no íntimo de suas rotinas. Algumas brincavam livremente e convidavam à brincadeira, outras utilizavam o corpo de quem estava ali para observar como elemento a compor o campo de estudos, e outras simplesmente não entregavam nada sem que houvesse um esforço existencial intenso.

Com base nisso, conclui-se o trabalho de observação com a compreensão da necessidade e da urgência de reformulação dos processos educativos, tanto de crianças quanto dos professores e demais profissionais que irão lidar com essas crianças. Discutir a organização do trabalho pedagógico das creches só faz sentido se os sujeitos que irão compor essa discussão se apropriem das categorias mais básicas necessárias a construção desses processos e consigam estabelecer relações com as práticas estabelecidas no cotidiano escolar. Rotinas, formações, jogos, palestras... No dia a dia com as crianças, ou na formação dos profissionais que irão lidar com elas, é preciso mais



que métodos e discursos, é preciso a construção de uma olhar que conceba as crianças como parte interessada, atuante e constituinte dos processos que envolvem sua educação, baseado na constituição de um entendimento epistemológico do que é infância e o que são crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Culturas infantis: contribuições e reflexões**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos. **Formação corporal de professoras de bebês: contribuições da Pedagogia do Teatro** / Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi; orientação Tizuko Morchida Kishimoto. São Paulo: s.n., 2011.